



## O direito às sementes: tensões e debates

Por Tamara Perelmuter

Em 2020, a pandemia da COVID-19 destacou a centralidade dos alimentos e da produção ligada à agricultura familiar, camponesa e indígena. O acesso a alimentos saudáveis e a estrutura organizacional em torno do suprimento de alimentos são preocupações antigas, mas nos últimos anos ganharam nova força na arena pública. Neste artigo, Tamara Perelmuter aborda o debate sobre a soberania alimentar e o relaciona à disputa sobre a soberania das sementes na Argentina, um elo fundamental na cadeia agroalimentar.

Em 2020, o debate sobre a soberania alimentar tornou-se uma questão pública importante após a desapropriação frustrada da empresa Vicentín [em Santa Fé, Argentina]. Também porque a pandemia da COVID-19 e as medidas de Isolamento Social Preventivo e Compulsório (ASPO, sigla em espanhol) demonstraram a centralidade da produção de alimentos saudáveis, disponíveis e acessíveis, e, acima de tudo, soberanos. Ao mesmo tempo, ficou claro que são os agricultores familiares, camponeses e indígenas que hoje produzem os alimentos que consumimos. Também ficou claro que eles têm uma grande rede organizacional que existe há muito tempo, mas que no ano passado foi central no fornecimento por meio de feiras, mercados locais e redes de comércio justo.

O debate sobre alimentos nos conecta a todo o sistema agroalimentar, cuja origem são as sementes das quais tudo o mais depende. Elas são o primeiro elo de qualquer cadeia agroalimentar. A soberania alimentar e o desenvolvimento agrícola de um país dependem de sua posse, produção e comércio. Elas também são um reservatório essencial da diversidade biológica e cultural dos povos.



Do ponto de vista botânico, a semente é o reservatório da vida, transmitindo as características que darão continuidade à espécie. Entretanto, de uma perspectiva mais ampla, ela inter-relaciona aspectos biológicos, sociais, de identidade, culturais, espirituais e econômicos. Historicamente, elas eram consideradas bens comuns, pois eram melhoradas e compartilhadas por agricultores de todo o mundo que mantinham o controle sobre elas, o que levou a uma grande diversidade como resultado do trabalho humano.

É importante observar que não existe um único tipo de semente e que sua diversidade acarreta disputas sobre sua definição e significado. A questão é: quem, onde e com que finalidade são realizados os processos de guarda, seleção e melhoria? Por um lado, há as chamadas 'sementes comerciais' que fazem parte do sistema formal ou certificado de sementes. Isso inclui, acima de tudo, as sementes híbridas e transgênicas, em que o papel dos laboratórios e das empresas, especialmente as transnacionais, é central. O mercado dessas sementes é, atualmente, um dos mais concentrados: três empresas transnacionais controlam 60% do mercado mundial de sementes: Bayer-Monsanto, Corteva (fusão da Dow e Dupont) e ChemChina-Syngenta.

Por outro lado, há 'sementes locais' cujo processo de seleção, melhoria e conservação ocorre nos territórios e é orientado pelos critérios dos agricultores. Elas têm uma ampla base genética que as torna adaptáveis e responsivas a diferentes condições de produção, ambientais e sociais.

Aqui encontramos sementes nativas e crioulas, que constituem o sistema informal, também chamado de sistema de sementes local ou dos agricultores.



Hoje, estamos enfrentando um novo movimento de confinamento, pelo qual aquilo que ainda era comum ou não estava totalmente subordinado à lógica do mercado está finalmente se tornando uma mercadoria, e as sementes não foram deixadas de fora desse processo.

A partir de meados do século XX, dois marcos na transformação técnica das sementes deram passos importantes nessa direção. Por um lado, o surgimento das sementes híbridas (produzidas em massa no âmbito da Revolução Verde) rompeu a identidade semente-grão e, portanto, significou a separação do agricultor de sua capacidade de replantio e o início da dependência das empresas fornecedoras de insumos. Por outro lado, a expansão das biotecnologias aplicadas à agricultura deu origem às sementes transgênicas, gerando grandes mudanças nas estratégias de privatização do conhecimento, possibilitando novos mecanismos de acumulação de capital.

De forma coordenada, foram desenvolvidos mecanismos legais para acompanhar as mudanças nas formas de apropriação: leis de sementes, que exigem registro e certificação obrigatórios; contratos assimétricos entre empresas e produtores; e, acima de tudo, leis de propriedade intelectual. Dessa forma, esses bens comuns que circularam livremente por milhares de anos agora podem ser privatizados e controlados por uma pessoa ou empresa que reivindica o direito de obter uma nova variedade.

Na Argentina, as sementes transgênicas ocupam mais de 67% da área semeada. Elas foram introduzidas em 1996, juntamente com o pacote de biotecnologia que as acompanhava. Isso levou a transformações no sistema agrícola nacional, com aumentos significativos na produção, intensificação da agricultura e especialização das exportações agrícolas.



O outro lado foram as enormes consequências ambientais e sociais, que afetam diretamente a agrobiodiversidade (e, portanto, a disponibilidade de sementes), como a concentração de terras produtivas, o desmatamento e a limpeza da vegetação, a contaminação pelo uso maciço de agrotóxicos e os despejos de comunidades indígenas e camponesas.

É por isso que as sementes são uma importante fonte de poder e de disputas. E esse é o entendimento das organizações de agricultura familiar, camponesa e indígena, que há muito tempo resistem à investida de um modelo que as despossui. Mas também das empresas de biotecnologia, que identificaram o enorme valor das sementes e de seus pacotes tecnológicos associados ao controle da agricultura mundial.

### **Ativismo em defesa da soberania alimentar e das sementes**

Apesar do avanço sistemático dos cercamentos de sementes, diferentes estudos mostram que uma alta porcentagem das culturas nos países do Sul global ainda são variedades locais, sementes de auto fornecimento ou sementes adquiridas de sistemas informais. Esses dados apontam para a necessidade de os agricultores terem acesso a sementes diversificadas e adaptadas localmente e, ao mesmo tempo, demonstram a importância dos sistemas de sementes locais para a produção global de alimentos, o que está em tensão com a visão das corporações do agronegócio.

Portanto, o ativismo em defesa da soberania alimentar e das sementes, ou seja, diversas ações que se opõem ao confinamento das sementes e à perda da agrobiodiversidade e defendem os direitos individuais e coletivos sobre as sementes, está ganhando impulso.



Nesse sentido, a primeira década do século XXI foi marcada por uma intensa mobilização na política global de sementes. Em janeiro de 2003, a Via Campesina (LVC) - um movimento camponês transnacional que reúne várias organizações de todo o mundo - lançou a campanha internacional "Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade", um slogan tão poderoso que continua sendo usado até hoje. Por um lado, a campanha desafia a noção de que as sementes pertencem a todos e, portanto, a ninguém. Por outro lado, ela contesta a ideia de que elas são propriedade dos Estados, conforme consta no Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura (ITPGRFA). Por outro lado, o PV afirma que eles pertencem às comunidades que os cultivam, mas são um patrimônio a serviço da humanidade e, portanto, implicitamente não estão disponíveis livremente para apropriação privada.

Em relação ao exposto acima, no final dos anos 2000, a LVC e outras organizações propuseram o conceito de "soberania das sementes". Isso representou uma importante mudança de paradigma, pois supostamente está em diálogo com a soberania alimentar, outra noção fundamental também apresentada por essa organização. Para alcançar a soberania alimentar, os agricultores familiares, camponeses e indígenas devem recuperar o controle sobre o que produzem e como produzem, enquanto a soberania das sementes implica manter total autonomia sobre todas as atividades relacionadas às sementes, inclusive a reprodução das mesmas. Dessa forma, houve uma mudança de uma perspectiva inicial que se concentrava principalmente na defesa do direito dos agricultores ao seu próprio uso, para a promoção e defesa de uma mudança radical nas práticas agrícolas. Assim, o direito de guardar, reproduzir, usar e trocar suas sementes é entendido como um campo de batalha central para determinar quem controla os alimentos e a agricultura.



Por fim, outro desenvolvimento em relação à defesa das sementes foi a Declaração sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais (UNDROP, sigla em inglês), adotada em 2018 pela ONU. Ela reconhece explicitamente o direito às sementes, afirmando que todos os estados devem, entre outras coisas, "apoiar as sementes camponesas e promover o uso dos recursos de sementes e da agrobiodiversidade".

### **Disputas na América Latina e na Argentina**

Na América Latina, o ativismo em defesa das sementes coincidiu com as mobilizações contra as sementes transgênicas. Fortes campanhas foram estabelecidas em vários países, como a Rede Colombiana de Sementes Livres, Por um Brasil Livre de Transgênicos, *Sin Maíz No Hay País* (Sem Milho Não Há País), no México, entre outras. E foram coordenadas regionalmente por meio da Rede para uma América Latina Livre de Transgênicos (RALLT). Na Argentina, a campanha "Parem de nos fumigar" foi lançada logo no início, à qual se juntaram várias assembléias em Buenos Aires, Santa Fé, Entre Ríos e Córdoba, que uniram forças para resistir às fumigações. Neste ano, foram acrescentadas as ações de cooperativas agrícolas, organizações sociais e ambientalistas contra a aprovação do trigo transgênico. Esse é o primeiro trigo transgênico do mundo com "tecnologia HB4" resistente à seca e ao estresse hídrico, aprovado pelo governo nacional em outubro de 2020 (embora sua produção esteja sujeita à aprovação final do Brasil, que importa 50% do trigo argentino).

Muitas das campanhas ativistas que foram desenvolvidas têm a ver com ações realizadas por organizações sociais, ambientais e de agricultura familiar, camponesa e indígena, para reverter o progresso do confinamento legal das sementes (defensivo) e/ou para criar



marcos regulatórios e políticas públicas para a proteção das sementes locais (proativo).

Na Argentina, as sementes têm sido o foco do debate e da mobilização popular em torno da discussão sobre a modificação da Lei de Sementes, que ainda não se concretizou devido à resistência que surgiu de vários setores da sociedade e às posições diversas e contraditórias dentro do Estado.

Em 2014, foi aprovada a Lei de "Reparação Histórica da Agricultura Familiar para a Construção de uma Nova Ruralidade na Argentina" (Lei nº 27.118), uma iniciativa do governo, mas que atendeu a uma reivindicação histórica das organizações do setor, que decidiram partir para a ofensiva e não apenas resistir à modificação da Lei de Sementes. Entre outros elementos, ela prevê a promoção de feiras locais, regionais e nacionais de agricultura familiar para apoiar o contato direto entre produtores e consumidores; e cria o Centro de Produção de Sementes Nativas (CEPROSENA, sigla em espanhol), introduzindo um novo elemento na discussão sobre sementes na Argentina.

Embora ainda não tenham sido desenvolvidas regulamentações específicas para a lei, ela está permitindo a implementação de várias políticas públicas voltadas para o setor. No caso das sementes, a mais importante é o recente lançamento do programa nacional "Semillar", que tem como objetivo garantir o acesso a sementes nativas e crioulas de qualidade e adaptadas ao meio ambiente e a recuperação da agrobiodiversidade. Isso é obtido por meio do fornecimento, criação e/ou fortalecimento de sistemas de resgate, melhoramento, multiplicação e troca de sementes nativas e crioulas para a sustentabilidade dos sistemas de agricultura familiar



camponesa e indígena, promovendo a identidade cultural e o enraizamento territorial.

No entanto, a luta para preservar e desenvolver ainda mais a biodiversidade agrícola não se limita a estratégias e disputas legais, mas começa com o trabalho diário das comunidades em seus territórios. Isso se complementa com o ativismo de base territorial por meio de experiências voltadas para a preservação, o intercâmbio, a reprodução e o aprimoramento de sementes nativas, crioulas e adaptadas, que estão vinculadas às práticas tradicionais dos camponeses e dos povos indígenas e atualmente estão associadas à agroecologia. Assim, organizações de agricultura familiar, camponesa e indígena, movimentos ambientalistas, pesquisadores e diversos órgãos estatais começaram a replicar experiências de produção agroecológica, ao mesmo tempo em que desenvolveram campanhas, construíram práticas cotidianas e estabeleceram instituições voltadas para a preservação de sementes nativas e crioulas, germoplasma e conhecimentos ancestrais.

O debate sobre a soberania alimentar, que tomou conta da arena pública nos últimos anos, oferece uma oportunidade única de multiplicar essas experiências a fim de avançar em direção a uma transição para um modelo agrário e alimentar diferente. O debate é, na verdade, um conflito assimétrico entre dois modelos - o que aprofunda a monocultura transgênica e se baseia na apropriação privada da natureza, por um lado, e o que se baseia na diversidade, na agroecologia e na reivindicação das sementes como patrimônio dos povos a serviço da humanidade, por outro - e como esse debate se desenvolve e é resolvido terá implicações profundas para o futuro do nosso país e da humanidade.



Este artigo foi publicado originalmente em [Bordes: Journal of Politics, Law and Society](#). 25 de agosto de 2021.